

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fundo fixo	15	19	17	20
Bancos	5.293	7.470	5.302	7.544
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	697.454	3.561	729.875	22.846
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>702.762</u>	<u>11.050</u>	<u>735.194</u>	<u>30.410</u>
Aplicações financeiras ii)	314.014	475.858	314.014	475.858
Total de aplicações financeiras	314.014	475.858	314.014	475.858
Total caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	<u>1.016.776</u>	<u>486.908</u>	<u>1.049.208</u>	<u>506.268</u>

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.
ii) As aplicações financeiras têm a finalidade de atender os compromissos não imediatos da Companhia, que se referem basicamente aos investimentos da plataforma Gaia, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

As aplicações financeiras de liquidez imediata sem carência e as aplicações financeiras com carência inferior a 86 dias são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 103,0% do CDI (102,8 % em 31 de dezembro de 2021). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2021.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	242.583	243.435	242.840	243.753
Clientes - partes relacionadas	259	242	259	242
Clientes - mercado externo	24.726	33.035	24.726	33.035
Clientes - renegociação	2.687	10.902	2.687	10.902
	<u>270.255</u>	<u>287.614</u>	<u>270.512</u>	<u>287.932</u>
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	(11.056)	(30.452)	(11.056)	(30.464)
	<u>259.199</u>	<u>257.162</u>	<u>259.456</u>	<u>257.468</u>
Parcela do circulante	258.215	255.039	258.472	255.345
Parcela do não circulante	984	2.123	984	2.123

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
À vencer	244.812	247.689	244.993	247.952
Vencidos até 30 dias	12.293	7.431	12.371	7.474
Vencidos de 31 a 60 dias	1.717	2.627	1.717	2.627
Vencidos de 61 a 90 dias	431	49	431	49
Vencidos de 91 a 180 dias	111	335	111	335
Vencidos há mais de 180 dias	10.891	29.483	10.889	29.495
	<u>270.255</u>	<u>287.614</u>	<u>270.512</u>	<u>287.932</u>

A Companhia constituiu provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2022	Provisão para perda estimada em 31.12.2022
	A vencer	0,23%	244.993
Vencidos até 30 dias	0,24%	12.371	(30)
Vencidos de 31 a 180 dias	43,20%	2.599	(976)
Vencidos acima de 181 dias	87,16%	10.889	(9.491)
		<u>270.512</u>	<u>(11.056)</u>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2022 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 97% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	(30.452)	(30.535)	(30.464)	(30.814)
Provisões para perdas reconhecidas	(443)	-	(431)	-
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	19.839	-	19.839	-
Reversão de provisões para perdas reconhecidas	-	83	-	350
Saldo no final do exercício	<u>(11.056)</u>	<u>(30.452)</u>	<u>(11.056)</u>	<u>(30.464)</u>

Parte dos recebíveis, no valor de R\$ 50.000 está cedida como garantia de algumas operações financeiras (R\$ 83.793 em 31 de dezembro de 2021), conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e nº 17, em 31 de dezembro de 2022.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Produtos acabados	64.799	59.353	66.096	60.213
Materiais de produção	37.978	35.551	38.034	35.589
Materiais de consumo	28.647	26.367	28.929	26.520
Outros estoques	699	736	699	736
	<u>132.123</u>	<u>122.007</u>	<u>133.758</u>	<u>123.058</u>

Para o exercício de 2022, a Companhia não reconheceu provisões relacionadas a seus estoques.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	-	(36)	-	(36)
Reversão de provisão ao valor realizável líquido	-	36	-	36
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) **Tributos a recuperar**

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ICMS	47.772	22.520	47.772	22.524
PIS/COFINS	25.828	9.551	25.828	9.556
IPI	35	40	35	40
IRRF sobre aplicações	-	-	66	1
Outros	935	1.061	954	1.061
	<u>74.570</u>	<u>33.172</u>	<u>74.655</u>	<u>33.182</u>
Parcela do circulante	28.554	20.888	28.639	20.898
Parcela do não circulante	46.016	12.284	46.016	12.284

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e aquisição interestadual de matéria prima pela unidade Resinas-RS que a Companhia vende para terceiros.

Adicionalmente durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia reconheceu crédito extemporâneo de ICMS referente crédito presumido no Estado de SC no valor de R\$ 18.526 que vem sendo compensado mensalmente, com impacto positivo no lucro operacional antes dos efeitos tributários, líquido de honorários advocatícios, no valor de R\$ 17.229.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem basicamente a crédito sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos.

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar**

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
IRPJ a recuperar	21.208	18.871	21.208	18.871
CSLL a recuperar	7.635	6.794	7.635	6.794
	<u>28.843</u>	<u>25.665</u>	<u>28.843</u>	<u>25.665</u>

Parcela do não circulante 28.843 25.665 28.843 25.665

A Companhia ajuizou em 2013, a Ação Ordinária nº 0042549-88.2013.4.01.3400/DF, objetivando, entre outros pedidos, a inexigibilidade do IRPJ e CSLL sobre as quantias recebidas a título de restituição de tributos declarados indevidos, especialmente quanto a correção monetária e juros moratórios incidentes nestas restituições.

No dia 27 de setembro de 2021, o STF julgou o RE 1.063.187 RG/SC - Tema 962, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores alinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

No dia 19 de outubro de 2021, a Companhia protocolou pedido de Tutela de Evidência junto ao TRF1 para que o recurso de Apelação interposto seja julgado conforme o entendimento que o STF aplicou sobre o tema, o qual aguarda análise.

Diante do julgamento acima mencionado, em sede de repercussão geral no STF, considerando provável êxito da ação da Companhia, em conformidade com o CPC 32/IAS 12, bem como ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia reconheceu no exercício de 2021 o valor de R\$ 25.197 a título de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC na repetição de indébito, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.843. Considerando não haver expectativa de julgamento imediato da ação interposta pela Companhia e ainda a provável demora dos procedimentos de liberação do crédito para compensação, o mesmo foi classificado como não circulante.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Adiantamento a fornecedores	770	1.152	784	1.182
Créditos com funcionários	3.030	2.587	3.235	2.759
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	524	4.003	524	4.003
São José Desenvolvimento Imobiliário 93 Ltda	25.650	-	25.650	-
Despesas antecipadas	1.290	2.345	1.290	2.345
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	5.086	4.526	5.086	4.526
Outros créditos	795	1.590	955	1.692
	<u>37.145</u>	<u>16.203</u>	<u>37.524</u>	<u>16.507</u>
Parcela do circulante	32.059	11.677	32.411	11.954
Parcela do não circulante	5.086	4.526	5.113	4.553

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, refere-se à operação de venda Imóveis Rurais realizada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, o qual a Companhia estima realizar nos próximos 12 meses.

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O valor atualizado do referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 é de R\$ 5.086, o qual a Companhia estima realizar até o final de 2024.

O saldo a receber da São José Desenvolvimento Imobiliário 93 Ltda., refere-se à operação de venda de ativos mantidos para venda, realizada em fevereiro de 2022, conforme nota explicativa nº 10.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200. A concretização da transação estava sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes, que em virtude da pandemia da COVID-19 que impôs severas restrições à circulação de pessoas e funcionamento de órgãos públicos, não foram totalmente cumpridas até o final de 2020. Diante disso, a Companhia firmou, em dezembro de 2020, aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda prevendo adiamento de prazo para cumprimento das referidas condições precedentes.

Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, relacionado a venda dos ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda, ratificando a determinação do preço de venda em R\$ 41.200, e ajustando a condição de pagamento considerando recebimento de parcela inicial no valor de R\$ 6.000, já recebida no mês de janeiro de 2022, e o saldo parcelado em 12 parcelas mensais atualizadas[RF1] pela variação dos depósitos interbancários ("DI"), tal como medido pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados ("CETIP"). Considerando o recebimento de parte do preço de venda e o atendimento total das condições precedentes, reconheceu no exercício de 2022 a venda da totalidade dos Prédios e terrenos, o efeito positivo no resultado antes dos tributos sobre lucro foi de R\$ 3.383.

Em reunião do Conselho de Administração, em 21 de junho de 2022, a Companhia destinou para venda máquinas e equipamentos substituídos por novos equipamentos no escopo da Plataforma Gaia.

Estes ativos foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda Durante o exercício de 2022 não houve reconhecimento de provisão por redução ao valor recuperável.

(b) Ativos mantidos para venda Os prédios e terrenos são apresentados ao valor justo menos custo para venda, as máquinas e equipamentos são apresentados ao custo de aquisição menos depreciação acumulada.

	31.12.22	31.12.21
Ativos mantidos para venda	-	41.200
Prédios e terrenos	-	-
Máquinas e equipamentos	2.562	-
Ativos mantidos para venda	<u>2.562</u>	<u>41.200</u>

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes (ORA) Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo Em 2021, a mensuração do valor justo de R\$ 41.200 para o grupo de prédios e terrenos, foi realizada com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2022, o regime de caixa na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais e registrou o passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda diferido ativo	5.856	8.327	5.856	8.327
Sobre provisões temporárias	-	20.490	49	20.514
Sobre prejuízo fiscal	-	-	-	-
Contribuição social diferida ativa	2.108	2.997	2.108	2.997
Sobre provisões temporárias	-	7.376	18	7.385
Sobre base negativa	7.964	39.190	8.031	39.223

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda diferido passivo	419	-	419	-
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	53.739	35.200	56.205	36.545
Valor justo dos ativos biológicos	94.899	116.116	96.837	118.054
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	32	-	32
Subvenção governamental	25.158	25.158	25.158	25.158
Amortização ágio fiscal	-	-	-	-
Contribuição social diferida passiva	151	-	151	-
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	19.346	12.672	20.678	13.399
Valor justo dos ativos biológicos	34.165	41.802	34.863	42.500
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	11	-	11
Subvenção governamental	9.057	9.057	9.057	9.057
Amortização ágio fiscal	236.934	240.048	243.368	244.756
	<u>228.970</u>	<u>200.858</u>	<u>235.337</u>	<u>205.533</u>

Passivo de imposto diferido (líquido)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada seguir:

	Controladora ativo		Consolidado	
	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para riscos diversos	(13.239)	1.915	(11.324)	
Total diferenças temporárias	(65.993)	38.127	(27.866)	
Prejuízo fiscal e base negativa	(79.232)	40.042	(39.190)	
	<u>Saldo inicial 01.01.22</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldo inicial 01.01.22</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para riscos diversos	(11.324)	3.360	(7.964)	
Total diferenças temporárias	(11.324)	3.360	(7.964)	
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.866)	27.866	(39.190)	
	<u>Saldo inicial 01.01.22</u>	<u>Reconhecido no resultado</u> </		